

ENTRE MARGINALIDADE, TRANSGRESSÃO E ESTÉTICA NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE MANIFESTAÇÕES E OCUPAÇÕES DE SUJEITOS NAS ESCOLAS ATRAVÉS DA NARRATIVA ESCRITA.

Maria Fernanda Bertholdo Brito Viera
Edna Mara Ferreira da Silva (Orientadora)

Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG

Resumo:

“A folha do caderno nunca será suficiente para o grito social que precisamos fazer, é preciso voz, é preciso gente.” A proposta inicial consiste nos questionamentos sobre o ambiente escolar e suas reflexões dialógicas. Buscando e analisando as expressões dos estudantes das escolas públicas, pensando os discursos e narrativas presentes nas escritas pela escola. Banheiros, mesas ou até mesmo paredes tornam-se mesmo que diante de uma ilegalidade uma ferramenta política de reação. Mas reação à que? De que tipo de opressões estamos lidando quando delimitamos as expressões cotidianas sob bases apenas institucionais ou tidas como pedagógicas? Sobretudo onde cabe na escola as dissociações e quais as perspectivas docente diante do papel formador da responsabilidade social? E entre todos esses processos que quase historicamente consolidados como relações verticalizadas e pelo caráter institucional estruturado de forma inflexível. Cabe o questionamento do educador, não somente o que “professa”: Nessa tensão onde cabe a juventude e onde mais ela transborda? O jovem não é apenas o novo, é o que inova, (re)nova, atemporal e que vive 12 meses do ano num verão da alma. Uma escola que ignora a estética, ignora também o jovem, a criança, o lúdico. As formas e (des)formas são parte da fragmentada existência do jovem (não menos importante por tal singularidade), porque quando reunidos compreendem mas não relacionam tão bem essas unidades grupais em determinados conflitos e tensões de sociabilidade. O não envolvimento da escola nessas tensões e como acultura escolar insiste em afastá-los mesmo quando há aproximações, materializa naquela distância geográfica imposta na sala, os silêncios... E o que mais?

Palavras-chave: Construtivismo, Ambiente escolar, manifestação, silenciamento

INTRODUÇÃO

A lei (artigo 65 da Lei nº 9.605/ 1998) proíbe a prática do grafite e pichação nos espaços públicos do Brasil. Incluindo as escolas, mas os discursos surgem e reafirmam de acordo com a própria condição de subversão.. O não cumprimento das normas estéticas e comportamentais. O que há atrás de, um grande caderno já usado, com poucos e raros espaços em branco, uma arte que não é domesticada, que transborda das margens para o centro em um fluxo verticalizado ou horizontal que demonstram um não-direto que por vezes também pode mostrar discursos violentos.

Como pode ser perceptível a presença do jovem no ambiente escolar e sobretudo como suas manifestações subversivas são mantidas diante da persistência de escritas em paredes, portas de banheiro, carteiras. Qual a necessidade de se delimitar espaços outros, pra manifestação de discursos e sentimentos, negativos ou positivos isso retoma as formas de construção de estruturas sociais e fenômenos de sociabilidade. O as zombarias que tomam caráter violento são ignorados e de preferência limpos do ambiente, o que causa uma lacuna, um buraco que silencia violências e impulsos cujo os adultos nunca terão controle. A carteira mesmo que sua e suja por um tempo ainda sim carrega sua marca, quando ao se sentar (quase nem sempre na mesma cadeira) outros jovens estavam de alguma forma ali também. A ordem estética urbana tem como necessidade essa manutenção de múltiplas formas e veículos de transmissão. O banheiro aparece como centro das maiores manifestações, visto que é certo um contato visual. Nota-se, que os lugares que primeiro são ocupados participam de alguma maneira da composição do ambiente, mesmo que na clandestinidade, as ocupações também problematizam.

Se a escola é o lugar do silêncio, quando a escola dialoga com os jovens?

Essas ocupações na esfera do espaço público são difíceis de serem analisadas, quando as expressões artísticas ou políticas se não concretizam em espaços de circulação da escola, então como seria possível uma manifestação da voz do sujeito de maneira democrática e tais manifestações como poderiam ser analisadas sob perspectivas transculturais, especialmente o contato entre o contato direto entre grupos dominados e os dominantes, silenciados pela estrutura institucional na ânsia de eliminar as críticas a seu sistema, determinam a retirada das ocupações visuais. A pichação recusa qualquer referência artística e, inerente à sua vocação clandestina, invade as ruas com palavras e símbolos agressivos visualmente e com a cultura da transgressão em voga.

Para entender essa gama de conexões e comunicação urbana que se torna legítima a partir da própria proibição, é uma forma interessante de se pensar os muros sociais e barreiras invisíveis no cotidiano aplicado ao território físico e simbólico.

A escola e sua estética podem interpretar as ações humanas e a necessidades de “proliferação” da identidade visual jovem como uma eficiente ferramenta de espaço de um grupo ou coletivo que se enxerga mesmo dentro de uma escola pública diante da margem do centro, tal transgressão é ferramenta política para reivindicação e demarcação das vontades, contanto diante de sua legitimação é através das cores e outras caligrafias, que também age

dentro da reflexão do seu papel enquanto agente histórico e buscando ser ativo participante da escola.

Quanto ao perfil dos estudantes, a maioria marginalizada nas expressões vivem em situações socioeconômica desiguais, contraste entre os papéis culturais e sociais ideologicamente valorizados pelas instituições, nuance entre as reais condições que os atingi, e causam as reações que marcam vestígios de um contexto que pode intensificar uma determinada forma de crise de identidade social. É visível a procedência das artes de rua, na periferia. Mesmo havendo essa manifestação partindo de outras situações sociais. A recorrência é da periferia para o centro.

Pensando o ensino de História e o ambiente escolar

A História como disciplina escolar tem como seu maior objetivo a consciência história segundo Selva Guimarães, é na escola e no ensino de História que é possível reafirmar a presença e as ações dos sujeitos históricos perante o tempo e o espaço. “Além disso, a escola se mantém como local para convívio multidisciplinar em torno dos saberes, garantindo oportunidades para a exposição e a solução de dúvidas, assim como para a apresentação de conquistas alcançadas por professores e alunos” (Selva; Fonseca, 2007)

Por vezes a escola e o ensino de História não incluem o sujeito como participante do processo educativo, refletindo apenas a posição de receptor, no entanto através do contato com a *Street Art* é possível mostrar a importância de um espaço livre nas escolas, onde haja liberdade de expressão e artísticas. Nas Universidades isso já real e funcionam através de salas de espaço discente como Centros Acadêmicos onde é permitido, pichar e desenhar nas paredes.

Nas escolas públicas tem sido comum o uso de projetos educacionais que utilizam do grafite para a construção visual da escola, um caso que foi possível observar ocorreu na Escola Vital Brasil em Campanha, Minas Gerais a partir de um projeto de ambientação das salas de aula, idealizado pelos próprios alunos usando a arte urbana e seus conceitos na criação dos novos ambientes. Em conversa com os estudantes a maioria descreveu o projeto como uma ferramenta de tornar o ambiente jovem e ao mesmo tempo pessoal, visto que todo o processo construtivo foi realizado pelos alunos.

Esse tipo de projeto pedagógico também ocorre em oficinas de grafite nas escolas públicas de todo Brasil, mesmo que ainda de maneira sutil atinja na maior parte apenas os muros externos da escola. A criação de um ambiente livre e social

dentro da escola é uma forma de (re)significação do ambiente cotidiano para os jovens, eles modificam a estética da cidade e da escola. Esses ambientes livres ajudam a romper com as os espaços oficiais citados por Freire

Criando assim uma forma de rede de comunicação publicamente exposta como puramente e ilegal. Ressalta-se também a questão de ordem institucional mas que no fundo trata sobre as especificidades da do regimento escolar que proíbe quase toda e qualquer. as manifestações críticas sobre as condições diversas de personalidade do sujeito, mantendo os sistemas políticos como apenas representativo e não como uma apresentação crítica da existência de determinado discurso ou narrativa. O construtivismo¹ que não está presente nas metas escolares, os professores por vezes mantém suas perspectivas limitadas à função de “professar” e não dialogar com os múltiplos saberes e direcionamentos apontados como necessários para os jovens. Esse ambiente escolar produz um espaço de sociabilidade e ensino, mas é notável que os formatos deste ambiente não reproduzam a cultura e o ambiente do público que frequenta, não mantém diálogo com as ruas.

As fronteiras entre a arte, a cultura e as pessoas que a produzem são novamente questionadas [...] A arte é, doravante, entendida como um sistema entre outros de compreensão e de reprodução simbólica do mundo [...] Vencer a fronteira entre a Arte e seu "pano de fundo" social e cultural requer instrumentos diferentes e objetivos de interpretações diversos. (HANS BELTING, 1985, p.16)

Os muros e portas podem nos transmitir muito mais que poluição visual. O jovem que parece oculto está ali nas caligrafias desajustadas ou erros gramáticos, no amor ou no ódio, na política ou mera comunicação cômica no exercício da poética. A arte de escrever nas paredes é aprendida ainda criança e carrega diante do seu sentido cotidiano ou artístico, é a preocupação estética do jovem, as cores e as formas admiradas por eles.

Se considerarmos a comunicação do ponto de vista privilegiado da linguagem, vamos descobrir que a imagem visual é sem igual no que diz respeito a sua capacidade de despertar, que sua utilização para fins expressivos é problemática e que, reduzida a si mesma, a possibilidade de se igualar à função enunciativa da linguagem lhe falta radicalmente.” (ERNST GOMBRICH, 1983 p.323)

A estética e participação do jovem na construção da identidade territorial da escola

A transformação não se dá apenas na estética da letra grafitada ou no uso de cores, tridimensionalidade, mas, principalmente, na intenção de se fazer determinada intervenção visual. A mensagem é passada sem perder essencialmente a

pretensão de marcar, ser orgânica e estetizar, mostrando às cidades o inesperado e o instantâneo. mesmo mantendo o repúdio a pichação, visto que não valorizam o caráter estético, formativo e histórico do símbolo exposto na parede. O jovem é o conflito e dualidade, na estética, o sujo e o limpo; nas relações sociais, o centro e a periferia, na escolha artística; o simples e o robusto.

A expressão pessoal é um instrumento para entender as formações da comunidade escolar através da visualidade, e como os sujeitos que transitam e ocupam esses espaços codificados e como há construção simbólica e material se colocam perante um sistema escolar não dialógico. Que acredita e impõe que este mesmo sistema que os “regem” é passível de críticas. O estudo buscou através de esta compreensão adequar e questionar qual o papel da educação e da escola como instituição neste processo de liberdade de expressão.

A atual experiência de escassez pode não conduzir imediatamente à desejável expansão da consciência. E quando esta se impõe, não o faz igualmente, segundo as pessoas. Visto esquematicamente, tal processo pode ter, como primeiro degrau, a preocupação de defender situações individuais ameaçadas e que se deseja reconstituir, retomando o consumo e o conforto material como o principal motor de uma luta, que, desse modo, pode se limitar a novas manifestações de individualismo. É num segundo momento que tais reivindicações, fruto de reflexão mais profunda, podem alcançar um nível qualitativo superior, a partir de um entendimento mais amplo do processo social e de uma visão sistêmica de situações aparentemente isoladas. O passo seguinte pode levar à decisão de participar de uma luta pela sua transformação, quando o consumidor assume o papel de cidadão. Não importa que esse movimento de tomada de consciência não seja geral, nem igual para todas as pessoas. O importante é que se instale.(SANTOS, 2001, p.116)

Fronteiras e limites na escola: quem os constrói?

Desde década de 70 e 80, ficou apenas uma proposta marcada como uma inovadora concepção de educação que embora seja conhecida e concebida por métodos que se alicerçaram em outras vivências e experiências de grupo, tece uma relação de linguagens e reflexões aproximadas com a interdisciplinar, o que hoje mostra-se insuficiente.

Mas segundo Freire, para se poder escrever uma história e enxergar-se como sujeito e apto, capaz, o ser humano precisa ter algo como a “consciência de si” e também consciência histórica e os caminhos para isso na educação de viabilizam as superações de posturas deterministas (e também por vezes mecanizada) vista como uma forma de idéia voluntarista diante de tal realidade: Na compreensão da história como uma das possibilidades de leitura e (re)leitura da sociedade e comunidade escolar.

Sendo objeto e correspondendo também ao mesmo tempo ao meio geográfico, o novo agente determina sua metamorfose, cabe a comunidade escolar e ao sujeito assumir a responsabilidades sobre suas imposições e seus atos. Dessa maneira imperativa, resiste uma chamada “ética universal do ser humano” que ao longo de diversos processos das convivências e encontros sociais, tomam quase sempre dois caminhos: um que a harmoniza e aproxima indivíduos e outro que os nega, segrega, exclui e separa. O resultado é refletido nas experiências de possibilidades que uma educação deve se pautar, disposta a construir, de forma coletiva, várias consciências críticas do tempo presente e vivido. Sendo transdisciplinar, uma vez que sua efetivação inclui a compreensão da história e integração dos resultados de outras fontes e saberes. A interdisciplinaridade ainda usada nas academias e pensada como educação é falha para sociedade pós 1990, sociedade essa que é volátil.

METODOLOGIA

Foi desenvolvido para essa pesquisa uma série de observações em uma escola do Estado de Minas Gerais na cidade de Campanha. A partir de diálogos com estudantes e também coleta de material fotográfico foi feita a leitura dos resultados da escola e o referencial teórico que incluem autores como Paulo Freire e Milton Santos para compreensão das estruturas educacionais, políticas e a perspectiva do jovem enquanto “sujeito brasileiro”.

O educador comprometido com seu papel deve trabalhar constantemente o ato da pesquisa, uma vez que, este proporciona o educando uma nova forma de pesquisar, esta permitiu o educando a pensar, a verificar, constatar. Ainda ressalto que a pesquisa deve ser uma prática do educador e do educando. A partir do momento em que o educador é um pesquisador, este refletirá para que seu aluno possa se espelhar nele. A pesquisa proporciona um novo horizonte, uma forma de ter novos conhecimentos. Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. (Freire, 1996, p. 29)

Já as leituras artísticas e da área de comunicação foram importantes para elencar os fenômenos que acontecem nos ambientes escolares. Documentos como livros didáticos e outros que compõe as grades curriculares também foram analisados visto que é fundamental buscar os diálogos já existentes e as lacunas também nos conteúdos.

As análises diante do ambiente escolar também são importantes, parte da pesquisa consiste em entender as dinâmicas dos ambientes e espaços escolares, como sua construção se dá por infraestruturas físicas como quadra, banheiros e “salas de aulas” ou também pelos fluxos e lugares determinados de grupos de alunos que ocupam o pátio no intervalo por exemplo.

O referencial teórico transdisciplinar contribuem para a integração dos resultados, através de leituras sobre práticas docentes, ambiente escolar, estrutura curricular e participação política de jovens na educação.

Resultados e Discussão

Os resultados trazem reflexões sobre o como a cultura escolar influencia diretamente o comportamento social e também mesmo que inconsciente, uma prática de ensino tradicional carrega com suas ações de “controle” excessivo sobre os corpos que ocupam e narram na escola. O papel social do ensino de História e dos esclarecimento dos “porquês” que surgem com os matizes e conflitos sociais diante de um aumento da participação e dando visibilidade tais discursos temos como principal objetivo tornar possível que mais extremos de uma realidade possam ser percebidos, filmados ou fotografados. Guardados numa tentativa de compreensão da escola que faz-se na inter-relação das forças econômicas, sociais, espaciais e ideológicas, entre outras, que tem forças na comunidade escolar. Quem descreve tal quadro é Santos(2002a, p.20), “uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral”. Ou seja, entendemos a autonomia da prática do discente e também do “caminhar” do conteúdo.

Quais os recortes que ocorrem e quais lacunas são inviabilizadas nas narrativas presentes e vivas em sala? As inscrições são importantes pois fazem parte da discussão sobre os lugares da fala marginal e marginalizadas em que os estudantes são postos, mas também assumem diante do discurso oficial do professor, que mantém e dá continuidade aos privilégios do controle sobre o saber, logo, também do dizer.

O olhar crítico das crianças, adolescentes e jovens diante das estruturas e os contextos que já estão inseridos e que, por conseguinte já tem sua dinâmica estabelecida. A participação política dos jovens dentro da própria escola aumenta o reconhecimento das próprias identidades, sobretudo reafirmando os vínculos criados com seus “semelhantes”. Um exemplo é a tomada da sexualidade e a consciência do próprio corpo que geralmente é palco de tais apresentações que burlam os silêncios mesmo em um espaço opressor.

CONCLUSÃO

E essa tal realidade histórica, essa vivida no mundo, as vezes esquece de colocar o sujeito em múltiplas perspectivas do espaço temporal e geográfico, cujo dinamismo do que é feito e analisado no passado, no presente e no futuro. Insere sem dúvidas nessa dinâmica,

nova, mas que aceita a existência humana e o seu devir na realização que por fim concebe um futuro, e trazemos pras escolas os problemas e nuances, mesmo que não abertos à capacidade de resolução, de todos e cada um.

Não deve ser papel da escola portanto, a passividade e negação da manifestação das relações como parte de uma vocação da espécie. Esse espaço que antes era um espaço de repressão e silêncios, agora tem um novo significado simbólico e atende melhor a perspectiva estética e de espaço dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTING, Hans. O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac Naify, 2006

BOURDIEU, Pierre O poder do simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, 1998.

DIAS, Rachel; Da rua: que pintura é essa? / Organização Luiza Interlenghi, Raquel Dias Teixeira- Rio de Janeiro; São Paulo: FUNARTE, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).

GOMBRICH, Ernst. “L’image visuelle”,.In: L’écologie des images. Paris: Flammarion, 1983. p.323-349, p. 323.

HOUBERMAN, Ce que nous voyons, ce qui nous regrade, Ed. de Minuit, 1992.

HUSKIN,Jonh, Lectures on Architecture and Paiting. Ediburg,1853.

LE GOFF, Por amor às cidades. São Paulo Editora Unesp, 1998.

MORIN, Edgar. Problema epistemológico da complexidade. Portugal: Europa-América, 1983. .Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1991. . Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de et al.

SILVA,M.; FONSECA, S.G. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007

